



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 1 de 6

ATA Nº 014/2021

Ata de reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário- FUPEN - Realizada no dia 14 (quatorze) de abril de 2021, por videoconferência (Zoom).

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 10:00h (dez horas), foi realizada a reunião do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário – FUPEN, por videoconferência (Zoom), sob a Presidência do Conselheiro Cristiano Barreto Guimarães, membro nato e Secretário de Justiça e de Defesa ao Consumidor, e os demais membros deste Conselho, a saber: Hélio Matheus de Oliveira Santos, substituto legal de Agenildo Machado de Freitas Júnior, membro nato e Diretor do Departamento do Sistema Penitenciário - DESIPE, , Andréa Fernanda Andrade, membro nato e Diretora da Escola de Gestão Penitenciária - EGESP, Luiz Fernando D'Ávila Silveira Júnior, representante do governo e Diretor do DAF, Genaldo Freitas Lima, representante do governo e Coordenador Pedagógico do Sistema Prisional e Reinaldo José Chaves Silva, Consultor Técnico I e convidado do grupo que elabora o Plano de Trabalho. O presidente informou a pauta da presente reunião que seria: leitura e deliberação da ata anterior, deliberação sobre CIs apresentadas, deliberação sobre o pagamento da IC Tecnologia (software de saúde) e o que ocorrer:

1. O Presidente após as saudações de praxe passou a palavra para a Secretária apresentar a pauta. Deliberação sobre a CI 2990/2021 que trata da validade dos coletes balísticos; CI 3037/2021 dispositivos elétricos incapacitantes Spark z 2.0 do HCTP e GOPE encontram-se com os carregadores sem funcionar, necessitando reparo; CI 2468/2021 solicitação de instrumentos médicos para a Unidade Emergencial de Areia Branca; CI 2459/2021 solicita



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 2 de 6

maca hospitalar para a Unidade Emergencial de Areia Branca; CI 2481/2021 que solicita equipamentos odontológicos para a Unidade Emergencial de Areia Branca; deliberação sobre o pagamento da IC Equipamentos e Consultoria em Informática (software de saúde) e apresentação da justificativa do remanejamento de despesa do Plano de Aplicação de 2017 da verba de informática para o monitoramento eletrônico por meio de tornozeleiras.

2. Em relação a CI 3037/2021 que trata dos dispositivos elétricos incapacitantes Spark Z 2.0 do HCTP e do GOPE, o presidente solicitou que fosse retirado de pauta até a resposta da empresa sobre procedimento quanto ao reparo.

3. A CI 2990/2021, que responde a questionamento de reunião pretérita, informa que os 400 coletes balísticos têm data de validade até 15/12/2022. A partir dessa informação, o presidente disse que já pode ser iniciado o procedimento licitatório para a compra de coletes balísticos. Para tanto, solicitou que o Coronel Chaves apure o valor de 200 a 300 coletes balísticos, depois verificar de qual verba poderá ser usada para pagamento dessa compra e conseqüentemente fazer consulta ao DEPEN sobre a possibilidade de remanejamento, se não houver disponível especificamente para isso. E por fim, efetivamente dar início ao procedimento licitatório.

4. CI 2468/2021 deliberação sobre a compra de instrumentos médicos para a unidade emergencial de Areia Branca. Luiz Fernando disse que não há possibilidade de compra desse material pelo fundo Penitenciário Estadual, tendo em vista que o saldo atual é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). O presidente disse que a política do fundo, desde o ano passado, é trazer alívio para a fonte 101 e que não se sentiria confortável saber que existe o recurso dentro do fundo e não realizar a demanda ou esperar autorização do recurso federal. Sugeriu, então que se o recurso do fundo penitenciário estadual for suficiente para a compra dos equipamentos médicos, fazer uma deliberação em duas frentes. Primeiro realizar o processo licitatório para fins de compra desses equipamentos com as duas fontes de recursos, sendo o Fundo Penitenciário Estadual e Fundo Penitenciário Federal e aí tentar junto do DEPEN a autorização necessária e não esperar que o processo só dê início quando houver uma autorização do Departamento Penitenciário Federal.



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 3 de 6

5. Como há itens sem especificações e valores diferentes para um mesmo item, o presidente solicitou que o DAF faça o levantamento necessário para deliberação na próxima reunião agendada para a próxima terça -feira.

6. Em relação ao pagamento da IC Equipamentos e Consultoria em Informática, Luiz Fernando disse é referente ao software de saúde, a fatura do mês de março, processo de liquidação nº 19/2021, no valor de R\$ 90.200,00 (noventa mil e duzentos reais), verba de custeio do plano de aplicação de 2017.

7. Após a explicação o presidente colocou em votação e por unanimidade, os membros do conselho gestor do fundo penitenciário aprovaram pelo pagamento das faturas da IC Equipamentos e Consultoria em Informática LTDA., referente ao mês de março de 2021, no valor de R\$ 90.200,00 (noventa mil e duzentos reais) , tudo conforme acima explicado.

8. Luiz Fernando disse que a CI 3415/2021 que fala sobre a não possibilidade de executar na totalidade a verba destinada a modernização do setor de informática, demonstrar a possibilidade de remanejamento de recurso do plano de aplicação 2017, em detrimento de pagamentos de dispositivos eletrônicos (tornozeleiras eletrônicas), com a finalidade de atender a demanda do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Disse que o objetivo é dar suporte para a compra de tornozeleiras eletrônicas e que a licitação é para 1.680 peças, onde 180 peças é custeada com recurso do convênio, 1.000 peças com recurso do repasse fundo a fundo e 500 peças com recurso do estado. Em razão da crise financeira do Estado, o estado não vem custeando as 500 peças. Á época em que o plano de aplicação de 2017 fora elaborado, tínhamos 500 (quinhentas) tornozeleiras aplicadas em pessoas em situação de custódia, fato esse que levou essa secretaria a consumir na totalidade os recursos destinados no plano de aplicação no exercício de 2017, onde previa a destinação de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com destino a custear as despesas com tornozeleiras por 36 meses. Quando a licitação foi feita, o valor de cada peça ficou em torno de R\$ 234,00 (duzentos e trinta e quatro reais) e hoje tem aplicadas com recurso do fundo 786 tornozeleiras. Mais de 100% do número inicial já aplicadas quando da propositura feita ao DEPEN. E a propositura hoje é o remanejamento dos recursos oriundos, objeto de aplicação financeira/rendimentos, saldo



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 4 de 6

remanescente do valor destinado ao sistema de modernização integrado de informática e formação de novos guardas, haja vista tratar-se de recursos ação/rubrica custeio, a fim de pagar as despesas com monitoramento de pessoas (tornezeleiras).

8. Para justificativa da propositura acima apresentada, seguem as divisões dos valores, objeto da consulta:

VALOR LIBERADO PARA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO NO PLANO DE APLICAÇÃO 2017	R\$ 2.500.000,00	-
VALOR DO CONTRATO nº 05/2020 (IC EQUIPAMENTOS E CONSULTORIA INFORMÁTICA LTDA)	R\$ 1.082.400,00	-
VALOR PAGO	R\$ 590.400,00	Até fevereiro/2021
VALOR A PAGAR MARÇO	R\$ 90.200,00	-
RENOVAÇÃO CONTRATUAL 12 MESES A PAGAR	R\$ 1.082.400,00	Abril/2021 a abril/2022
SALDO COMPROMETIDO	R\$ 1.172.600,00	-
SALDO REMANESCENTE DO PLANO 2017	R\$ 737.000,00	-
Rendimentos da conta custeio – Plano Aplicação 2017	R\$ 833.146,12	
Formação de 100 novos guardas	R\$ 200.000,00	

Sendo assim, o total a ser remanejado, caso o DEPEN autorize é de **R\$ 1.770.146,12** (um milhão, setecentos e setenta mil e cento e quarenta e seis reais e doze centavos).

9. O presidente disse que está satisfeito com as explicações, mas abre aos demais conselheiros para manifestação. Os demais conselheiros informaram que também estão satisfeitos com a explicação da justificativa. Sendo assim, o presidente determinou que a CI seja encaminhada ao Coronel Chaves para elaboração do ofício ao DEPEN solicitando o remanejamento dos valores para aplicação no pagamento do contrato de fornecimento de tornezeleiras eletrônicas.

10. Luiz Fernando falou sobre a possibilidade de se fazer um Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Sergipe para a continuação do serviço de testagem para a Covid-19.



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 5 de 6

O presidente solicitou que Genaldo faça um levantamento de quantos testes foram feitos durante o ano passado e a partir daí fazer uma estimativa de quantos testes serão utilizados para uma possível elaboração do termo.

11. Com relação ao projeto elétrico do COPEMCAN, o presidente solicitou que seja feito um ofício à CEHOP para solicitar informações sobre o andamento do projeto que ficou de realizar em conjunto com o Engenheiro Fábio, após visita a G-Lite em Feira de Santana/BA.

12. Não havendo nada mais a ser discutido, o Presidente agradeceu e encerrou a reunião. E eu, Cerise Boa Sorte e Silva, Secretária do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário, lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros do Conselho.

CRISTIANO BARRETO GUIMARAES
Presidente

Hélio Matheus de Oliveira Santos
Membro da Comissão

ANDREA FERNANDA ANDRADE
Membro da Comissão



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 6 de 6

LUIZ FERNANDO D AVILA SILVEIRA JUNIOR
Membro da Comissão

GENALDO FREITAS LIMA
Membro da Comissão